

## Hannah Arendt e a Liberdade na Política

*Hannah Arendt y la Libredade en la Política*

*Hannah Harendt and the freedon in the policy.*

Lic. Juliana Scherdien Amaral <sup>1</sup>

### Resumo

Hannah Arendt (1906-1975) a partir do "Fenômeno do Totalitarismo", refletiu sobre a importância da política e do agir político, momento em que é necessário que haja "liberdade política", nos termos dela. A liberdade é entendida por Arendt como a manifestação do ser humano no espaço público, cujo aparecimento é mediado pela linguagem sem coação, na pluralidade, na singularidade, visando a ação. A ausência da liberdade pode provocar experiências nada edificantes para a existência do homem, como os fatos do Nazismo, por exemplo – campos de concentração e de extermínio, a mentira política, entre outros. Nesse sentido, é preciso compreender como Arendt entende a liberdade, momento em que surge a questão: como a liberdade é (ou pode ser) condição para a política? Por quê? Na concepção dela, "o sentido da política é a liberdade". Para tanto, ela distingue a liberdade política da filosófica. A liberdade política precisa da presença de seres humanos que pensem e julguem, que escolham e ajam, e seu exercício será efetivo, e não um mero comportamento. Arendt enfatiza, em seus estudos, a liberdade política, pois para ela a liberdade corresponde à possibilidade de agir.

*Palavras-chave:* Arendt; liberdade; política; comunidade; negócios humanos.

### Resumen

*Hannah Arendt (1906-1975) desde el "Fenômeno del Totalitarismo", reflexiono sobre la importância de la política y la acción política, cuando es necessário que haya "libertad política", de conformidad con él. La libertad es entendida por Arendt como una manifestación del ser humano en el espacio público, cuya aparición está mediada por el lenguaje sin coerción, en la pluralidad, la singularidad, apuntando la acción. La ausencia de libertad puede provocar experiencias nada edificante para la existencia del hombre, como los hechos, por ejemplo, el Nazismo – los campos de concentración y extermínio, la mentira política, entre otros... En este sentido, es necesario comprender cómo Arendt entiende la libertad, en la que surge la pregunta: como la libertad es una condición para la política? y ¿por qué? El diseño de la misma, "el sentido de la política es la libertad". Por tanto, Arendt distingue la libertad política de la filosofía. La libertad política exige la presencia de los seres humanos que piensan y creen, para elegir y actuar, y su ejercicio se hará efectiva, y no un mero comportamiento. Arendt pone de relieve en sus estudios, la libertad política, porque para ella la libertad es lacapacidad de actuar.*

*Palabras-llave:* Arendt; libertad; política; comunidad; derechos extranjeros.

### Abstract

*Hannah Arendt (1906-1975) starting of the "Totalitarism Phenom", has reflected about the importance of the policy and the policy acts, in moments when is necessary that exists "freedom policy", in his terms. The freedom is understood by Arendt as manifestation from the human being in the public space, whose the appearance is mediated by the language without coercion on the plurality, on the singularity, objectifying the action. The absence of freedom can make experiences no uplifting to the human being existence, as the Nazism facts, for example – concentration and extermination camps, the policy lies, among others. On this sense, it's needed understand how Arendt see the freedom, moment who comes up the question: how the freedom are (or can be) as condition for the policy? Why? In his conception "the sense of policy is the freedom". To this, she distinguishes the policy freedom for the philosophic freedom. The policy freedom need the presence of human beings who think, judge, who choose, who act, and your exercise, will be effective, and don't a simple behavior.*

<sup>1</sup> Graduação e mestranda em Filosofia; Universidade Federal de Pelotas - UFPel; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; [juliana.scherdien@yahoo.com.br](mailto:juliana.scherdien@yahoo.com.br).

*Arendt Emphasize, in the studies, the policy freedom, cause for she this freedom correspond by the possibility of act.*

*Key Words: Arendt; freedom; policy; community; foreign rights*

## **Introdução**

A liberdade na concepção de Arendt possui variadas acepções, isto é, existem alguns tipos de liberdade: a política e a filosófica, a interna e a externa. A liberdade interna é contemplativa. Em outros termos, para Arendt ela seria uma forma derivada da ausência de liberdade política, porque ela pressupõe uma retirada do mundo do qual foi negada a autêntica liberdade para uma interioridade que apenas ele (o sujeito) tem acesso, renunciando assim ao espaço público. A liberdade interna relaciona-se com a liberdade filosófica, a qual, por sua vez, busca uma universalidade, uma verdade. A liberdade externa exige que haja tempo livre, e que não existam impedimentos físicos para seu exercício. Também há a necessidade de outros seres humanos, que possuam uma situação semelhante de igualdade e de liberdade para que seu exercício seja efetivo. A liberdade externa, então, relaciona-se com a liberdade política, ao mundo público. As obras de Arendt “Origens do Totalitarismo” (1951) e “A Condição Humana” (1958) são utilizadas como fundamento dessa pesquisa.

Arendt enfatiza, em seus estudos, a liberdade política, pois para ela esta liberdade é entendida como uma atividade executada pelos homens por meio do convívio entre eles, sendo a liberdade política uma atividade estritamente da vida pública. A liberdade corresponde à possibilidade de agir, ou seja, a forma de relacionar-se com o mundo, de constituir relações como os outros e de compartilhar os assuntos comuns.

Para a autora, o que possibilita a livre ação no seu sentido originário é a condição de natalidade.<sup>2</sup> Ou seja, é no nascimento que ocorre o surgimento de algo novo: um ser humano, singular, inédito, insubstituível (condição humana da singularidade, segundo Arendt). O novo sempre porta a possibilidade de melhoria, de recomeço, mas também de instabilidade e de destruição. A segunda possibilidade de ação é a política, na qual pode-se iniciar algo novo, continuar algo em curso, preservar ou estragar o que existe, desde a si mesmo até o Planeta.

Nesse sentido, a pesquisa é de cunho bibliográfico que se fundamenta com o estudo de livros, artigos e escrituras da autora Hannah Arendt, assim como de comentadores e artigos

---

<sup>2</sup> Para a autora, a “natalidade” é uma categoria política, e não apenas biológica, pois é por meio dela que surgem os novos seres humanos no mundo. Arendt (2013b, p.10) enfatiza: “O novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, a todas as atividades humanas é inerente um elemento de ação, e portanto, de natalidade. Além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico.”

relacionados, que possam trazer fomentação e contribuição para o tema desenvolvido, o método é então analítico. Acompanhado pelo método complementar hipotético dedutivo o qual contribuirá com a hipótese aqui trabalhada, de que, para haver ação política é necessário liberdade para pensar, julgar e deliberar o melhor para a comunidade.

### Liberdade e Política

Como lembra Arendt “Origens do Totalitarismo”, por exemplo, a ausência da liberdade pode provocar experiências nada edificantes para a existência humana. O Nazismo, mais uma vez é o exemplo dessa ausência de liberdade, e o “caso Eichmann”<sup>3</sup>, isto é, o julgamento do funcionário nazista, demonstra a perda de liberdade, literalmente uma “obediência cadavérica.”<sup>4</sup> O Totalitarismo Nazista caracterizou-se pela subordinação da maioria das esferas da vida humana às exigências políticas de um Estado de “domínio total”. Nele havia a propaganda de massa. Não havia esfera política, discurso, ação entre os cidadãos, o governo utilizava-se de violência e de opressão como: a polícia secreta, o uso de propaganda e, mentiras para garantir a obediência total de seus concidadãos.

A liberdade na igualdade dos cidadãos ante a lei possui relevância quando há a participação da comunidade nas decisões políticas. Os Movimentos Totalitários necessitam do isolamento dos indivíduos, eliminando a singularidade<sup>5</sup> a espontaneidade pertencente a cada indivíduo, transformando-os em meros sonâmbulos, buscando extirpar a pluralidade<sup>6</sup> do mundo. Arendt (1989, p. 330) afirma:

---

<sup>3</sup> Adolf Eichmann nasceu em 1906, em Solingen, cidade alemã. Em 1932, ele se filiou ao Partido Nacional Socialista e entrou para a SS-Tropa de proteção, que foi uma organização paramilitar ligada à Hitler e ao Regime Nazista. Eichmann foi “o responsável pelo transporte de prisioneiros para os campos de concentração no Terceiro Reich”(SCHIO, 2012, p. 56). A mando do primeiro-ministro de Israel, David-Bem Gurion, Eichmann foi capturado em um subúrbio de Buenos Aires, em maio de 1960, foi levado até Israel, e em 1961 foi a julgamento pela Corte Distrital de Jerusalém. Foi julgado e condenado à morte. Eichmann foi condenado à forca, em dezembro 1961 e, em julho de 1962, ele foi enforcado.

<sup>4</sup>“Obediência cadavérica” foi termo enfatizado pelo próprio Eichmann em seu julgamento. Uma obediência pautada pela inexistência do pensar e do julgar.

<sup>5</sup> A singularidade faz parte da condição humana: cada ser é único, irrepitível e insubstituível, cada um compreende aquilo que foi dado a ele de forma diferente do outro, exemplo: valores culturais, religiosos, hábitos alimentares, hobby, entre outros. A singularidade pode ser compreendida como sendo a distinção, ou seja, a aparência é única e exclusiva de cada ser humano, e somente o homem é capaz de distinguir-se. Almeida (2011, p. 96-97. Grifos da autora) complementa: “ A surpreendente singularidade de cada um, embora não possa ser descrita, se revela nos atos e nas palavras de pessoas, no momento em que ela interage com os outros. São eles que veem e ouvem *quem* a pessoa é. Isso significa que a singularidade ganha relevância quando é *manifesta* e *aparece* no mundo e, por conseguinte, que não podemos conhecê-la por introspecção, já que ela não se situa no domínio interior. Sua revelação sequer está sob “controle” do indivíduo, mas é algo como um efeito não intencionado que ocorre no momento em que agimos”.

<sup>6</sup> A pluralidade é um dos conceitos indispensáveis para o pensamento arendtiano, assim, como para o pensar político. Pois prova que o homem não é um ser único no mundo, entendido como solitário, mas que ele faz parte de um todo, de um grupo que deve ser ativo nas questões referentes ao mundo. A pluralidade humana, segundo Arendt, é condição da ação e do discurso. Ou seja, para ela, a política deve basear-se na pluralidade humana.

Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos ( e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas sim que ela não pudesse ser separada, porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na Terra, pois queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade.

Segundo Arendt, a lealdade ao comandante, ao Führer, é resultado de indivíduos que possuem sua identidade diluída, que consideram “um” modelo político como o melhor para todos; a lealdade é motivada pelo medo que os indivíduos isolados sentem, pois não possuem laços sociais.

Os Regimes Totalitários utilizam-se de "terror", e por meio do medo impõe sua vontade contra a pluralidade humana, desmantelando o espaço público, desconsiderando os direitos políticos e qualquer lei em que a liberdade desempenhasse a função de manter a diversidade humana, fazendo com que o indivíduo renunciasse à liberdade exterior, coagindo sua vontade pessoal e comportando-se mecanicamente, cumprindo ordens sem pensar.

A liberdade é justificada na ação compartilhada entre os homens. O sentir-se livre possui sentido político quando o mesmo se manifesta externamente, no espaço público, mas apenas quando esse é político: fala, audição, discussão, concordância, discordância, sem coação ou violência, decisão e ação em conjunto com responsabilidade. Do contrário é apenas um sentimento, isto é, algo íntimo, interior que pode nunca aparecer no mundo externo, em forma de fala ou de ação. Souza (2008, p. 113) salienta,

Lembrando que o esforço de Hannah Arendt, ao tomar a liberdade como ponto central de seu pensamento, foi no sentido de retratar a condição libertária do homem que, no início da era cristã e seguindo toda a modernidade, negou o caráter externo da liberdade transpondo-a para o espaço da interioridade, da consciência, onde ninguém tem acesso.

A consciência da liberdade acontece no relacionamento entre os seres humanos. Para usufruir da liberdade, o homem deve agir, e essa ação deve ser o resultado de uma escolha, definindo assim o acesso para renovar e potencializar a participação na comunidade.

Segundo Arendt, a liberdade em sentido específico, é política. Em outros termos, a liberdade enquanto relacionada com a política, não é um fenômeno da vontade, isto é, interno ao ser humano e relacionando-se apenas com ele. A liberdade, nessa concepção está ligada à

vida em comunidade, pois sem ela não se poderia falar, agir, escrever, ou até mesmo divergir sem que houvesse censura. Neste contexto, a ênfase recai, mais uma vez, na liberdade política, pois ela é base para a ação, e assim deve ser preservada. Segundo Arendt, a livre ação é geradora de História: a liberdade é o objetivo da ação e da vida humana. A liberdade política é externa, e acontece no espaço público, a mesma não ocorre na vida da mente<sup>7</sup> como a liberdade interna e filosófica.

Para se ter a liberdade externa, e exercê-la, ela não pode ter impedimentos físicos, nem biológicos, do contrário ela deixa de existir, eles precisam estar satisfeitos: alimentação, sono, dor, isto é, do labor, e da fabricação - work. Também é necessário que haja tempo livre, isto é, quando as necessidades vitais (labor) estão satisfeitas. Entretanto, não basta estar liberado para que ocorra a liberdade. Para que haja liberdade, é necessário a presença dos outros, e estes também possuidores de liberdade, participantes da comunidade, do mundo público: “Ser livre significa ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem do comando de outro e também não comandar. Significa nem governar nem ser governado.” (ARENDR, 2013a, p. 38. Grifo da autora.)

A liberdade política é constituída por opiniões (*doxas*) flexíveis e mutáveis, abertas à discussão, tornando a capacidade de atuar algo efetivo. A liberdade política é mais que independência, e ser independente é pensar por si próprio, possuir opiniões, e também considerar as opiniões dos outros, sem que necessariamente tenha que se sujeitar à mesma. A liberdade se manifesta no ato praticado. A política, para Arendt, é uma forma humana de organizar-se, e na qual há a sociabilidade, a qual é uma elaboração humana, com o intuito de fortalecer os vínculos que as pessoas têm e que lhes permite viver e agir em conjunto na busca do bem comum.

Para que o ser humano passe a ter direitos e deveres, e os garanta para si, aos outros e no futuro, é preciso que ele se torne um ser político: a ação política requer o agir em conjunto. O que aconteceria, ao contrário disso? Um ou alguns mandariam, a maioria obedeceria, então esses últimos não seriam livres. Faz-se necessário que em conjunto, os homens possam deliberar o que for melhor para o grupo em que vivem. Schio (2012, p.184) observa:

O que a autora pressupõe, em sua concepção, é que os conflitos particulares são transcendidos, na vida política, pela emergência das questões fundamentais da vida humana. Em outros termos, a manutenção do grupo, como comunidade organizada;

---

<sup>7</sup> Schio (2012, p.141-142) observa: “A vida da mente é o lugar para as atividades cognitivas, para o pensamento, para o juízo, para a vontade, enfim para o exercício da vida do “eu”. [...] A liberdade interna relaciona-se à liberdade filosófica, enquanto a externa volta-se à política e ao mundo público, seguindo a concepção arendtiana.”

a preservação da própria humanidade, como raça habitante do planeta, e do próprio planeta, são mais importantes que as querelas pessoais dos componentes do grupo.

Ainda segundo Arendt a política ocorre impreterivelmente no âmbito público<sup>8</sup>. A política assim como a esfera pública depende dos cidadãos. Arendt a compreende a capacidade de agir em conjunto, no mundo público como sendo política, a mesma possui o intuito de garantir o espaço de liberdade.

Deve-se ter cuidado ao conceituar a política para que não se cometa o engano de igualá-la, ou mesclá-la, com o social, ou compreendê-la como uma atividade profissional e burocrática, no sentido de que a burocracia é formada por muitas camadas (departamentos e hierarquias), que se tornam o domínio de ninguém. Nas palavras de Almeida (2011, p.31):

na Era Moderna, na qual os interesses privados ocupam lugares dos quais antes não eram considerados dignos. Dito de outra forma: as atividades e preocupações privadas começam a extrapolar seu confinamento e os interesses econômicos tornam-se assuntos coletivos que tomam conta do espaço comum. Surge assim o que Arendt denomina de *âmbito social* - uma esfera onde os assuntos privados tornam-se visíveis ao “público”. As exigências sociais, entretanto, não deixam mais espaço nem para o debate das questões públicas, nem para a privacidade protetora dos indivíduos.

Na política é necessário o uso do juízo reflexivo por aqueles que dela participam. Schio (2008, p. 11-12) comenta, “o juízo reflexivo, que Arendt valoriza, busca no particular, no fato ou no exemplo único, o que ele possui de universal, aquilo que tem “validade exemplar” e que fornece material para o pensar e para o julgar, auxiliando no decidir e impulsionando ao agir”. O juízo reflexivo segundo Arendt surge depois do ato de pensar, podendo causar satisfação ou insatisfação a respeito de tal ato.

### **Considerações Finais**

No espaço público, o qual é o local do exercício da política, tudo o que acontece é por definição político, como as virtudes que são qualidades humanas individuais: o senso de justiça, de dever, a temperança, a coragem, entre outras podem ser evidenciadas. Nesse sentido a política, invade todas as esferas da vida humana, o trabalho e a vida doméstica,

---

<sup>8</sup> Schio (2012, p. 183) comenta: “Satisfeitas, então, as necessidades básicas, os indivíduos estão 'prontos' para participar da esfera da política propriamente dita, segundo Arendt. Esta, por sua vez, enfoca a política por uma via teórica ideal, concebendo-a como central: enquanto lugar privilegiado do encontro entre os seres humanos únicos, com a capacidade de agir livremente, responsabilizar-se por seus atos, com o objetivo de viverem como seres humanos autênticos.”

também são preocupações que podem vir a concernir política, isso ocorre por exemplo, quando o trabalhador é explorado, quando o bairro não possui saneamento básico, quando não há segurança para sair na rua, quando o sistema de saúde não é para todos.

O agir político pressupõe a concordância dos participantes por meio diálogo, sem conflitos agressivos ou violentos, ou que estes possam ser solucionados pela persuasão, consentindo como agir em conjunto. Pois, a igualdade, na política, baseia-se na diferença de seus participantes, e estes tendem a possuir interesses variados, o que pode gerar conflitos pessoais, os quais Arendt acredita que possam ser superados, pois a política possui problemas que ultrapassam a questão pessoal, como: a manutenção do grupo, a preservação do mundo e de seu entorno, assim como de seus habitantes. Arendt não nega a que haja discordância entre os cidadãos, mas acredita que tais querelas devam ser contornadas, em prol dos assuntos relevantes ao grupo.

Quando os homens encontram-se em um espaço público, e se reconhecem como cidadãos, e assim se comportam, discutindo, decidindo e agindo em grupo, há a vivência política. A igualdade, na política, requer a participação do cidadão: no debate público, na exposição e na discussão de opiniões, tendo a possibilidade de se expressar, de emitir sua percepção de mundo, de agir livremente. Fora do âmbito público, sozinho, isolado, o homem afasta-se do senso comum, partilhado com os outros, isto é, da política.

A participação na vida política é uma forma de resistência ao automatismo, pois este paralisa a interação do homem, ou subordina a atividade aos comportamentos previamente determinados. Segundo Arendt, os acontecimentos políticos, para tornarem-se fatos, precisam se tornar materiais, isto é, eternizados em livros, poemas, monumentos, para serem vistos, entendidos e memorizados. Somente dessa forma os mesmos não serão esquecidos. Pois, caso eles se percam no tempo, não sejam lembrados, revividos, não servem de modelo, eles não levarão à reflexão, e não poderão contribuir para compreensão do que ocorreu, e talvez possa novamente ocorrer situações parecidas, sem a memória, o ser humano não está livre de que atrocidades possam ocorrer novamente.

O exercício do pensamento político traz consigo a possibilidade de se mover entre o passado e o futuro. Quando os homens se reconhecem como cidadãos, discutem e decidem em grupo, eles estão fazendo o oposto do que comumente faz o “homem da massa”. A igualdade ocorre na política quando o homem, revestido de suas capacidades humanas, possui a possibilidade de debate público, e, opinião, em relação a assuntos de interesse do grupo. Isto é, de manter a liberdade em sentido político.

## Referências

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor mundi e educação**: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt. 193f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Dignidade da Política**: ensaios e conferências. Org. Antonio Abranches. Trad. Martins e outros, 2 ed., Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Condição Humana**, Trad. Roberto Raposo; Rev. Adriano Correia, 11 ed., 4 reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. 7 ed., 1 reimp., São Paulo: Perspectiva, 2013b.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt**: A Estética e a Política (do juízo estético ao juízo político). Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2008. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14684/000666812.pdf?sequence=1>.

\_\_\_\_\_. **Hannah Arendt**: História e Liberdade: da Ação à Reflexão. 2 ed., Porto Alegre: Clarinete, 2012.

SOUZA, Vinícius Silva de. **O conceito de liberdade de Hannah Arendt**. In CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela M. (org). **Hannah Arendt: Entre o Passado e o Presente**. Juiz de Fora: UFJF, 2008. (111-121).